Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
Ata da 67ª Reunião Ordinária da CT-AS - 26/11/2020- 9h30
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
ABAS	Didier Gastmans (T)
AEAAV	Edilson Pentean (T)
ASSEMAE	Natália de Freitas Colesanti Perlette (T)
BRK Ambiental Limeira	Fábio José Arcanjo (S)
BRK Ambiental Santa Gertrudes	Fábio José Arcanjo (S)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
Consórcio Piraí	Francisco Antonio Moschini (T)
CPRM/SBG	Andréa Segura Franzini (T)
DAAE Rio Claro	Raquel Curtolo Quirino (T)
	Paulo Fernando Barsotti (S)
DAE Jundiaí	Alba Valéria Romana de Carvalho (T)
DAEE	Julia Octaviano Noale (T)
	Thalita Benetello (S)
Edisonda	Letícia dos Santos Daleffe (S)
Elogi Soluções Ambientais	Guilherme Augusto Schardong Morete (S)
FRC Ambiental	Fábio Renato de Souza Cruz (T)
Fundação Florestal	Luciano Salmar Taveira (T)
Habitat Engenharia	Paola Pasqualini Gayego Bello (T)
IG	Sibele Ezaki (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
P.M. de Jaguariúna	Paulo Roberto Iamarino (T)
P.M. de Limeira	Gustavo Giordano Penteado (S)
	Gabriela Trigo Ferreira (S)
P.M. de Rio Claro	Paulo Fernando Barsotti (S)
	Iuri David Antonio (T)
SAA	Angelo César Bosqueiro (T)
	Denis Herisson da Silva (S)
SABESP	Manoel Ricardo B. da Silva (T)
	Ernesto Gonzales (S)
SANASA	Natália de Freitas Colesanti Perlette(S)
Sec. Gestão Ambiental Louveira	Tatiana Fidelis Correia da Silva (T)
	Victor Marinheiro (S)
SIMA/CFB	Célia Alves Surita (T)
UNESP/CEA	Didier Gastmans (T)

Membros Ausentes
Entidade
BRK Ambiental Sumaré
CIESP - DR Campinas
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
Maestro Soluções
P.M. de Campo Limpo Paulista
P.M. de Ipeúna
P.M. de Itatiba

Membros Ausentes
Entidade
P.M. de Salto
P.M. de Sumaré
SANEBAVI
Sondágua

Demais presentes
Cecilia de Barros Aranha (DAEE/CT-OL)
Bruno Aranda (Agência das Bacias PCJ)
Marcos Eduardo Cazzonatto (Agência das Bacias PCJ)
Giovana Rezende (BRK Ambiental Limeira)
Luciano S. Pereira (BRK Ambiental Limeira)
Rodrigo Pentean
Alexandra Facciolli Martins (GAEMA PCJ)

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

No dia 26 de novembro de 2020 realizou-se, por meio de videoconferência (plataforma Google Meet), a 67ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta, convocação e link de acesso à reunião foram enviados aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 19 de novembro de 2020. **2. Abertura da reunião:** A abertura da 67ª Reunião Ordinária da CT-AS foi realizada pela coordenadora, Sra. Sibele Ezaki, às 9h45, com quórum qualificado. A mesma agradeceu a presença de todos e solicitou para que os participantes registrassem presença no chat, indicando nome e entidade e foi informado que a reunião seria gravada para possibilitar o registro da ata **3. Aprovação da Ata da reunião anterior:** Foi aprovada a ata da 66ª Reunião Ordinária da CT-AS. **4. Informes gerais:** A Sra. Sibele mencionou algumas reuniões relevantes que foram realizadas, a saber: **a)** Reunião de coordenações das Câmaras Técnicas (CTs), em 14/10/2020, que deliberou sobre a criação, no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), do GT-Integração e sobre o novo regimento para a próxima eleição das CTs, que irá propor que a função de secretário seja realizada por funcionário da Agência PCJ; **b)** Reunião da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), no dia 21/10/2020, que discutiu sobre o conteúdo do Relatório de Situação das Bacias PCJ 2020 (Ano Base 2019); **c)** Reunião da CT-PL, em 22/10/2020, que abordou diversos assuntos, como o curso Capacita SIGRH para o próximo ano, investimentos do Governo na Sala de Situação e o Contrato de Gestão da Agência Nacional

de Águas (ANA); **d)** Reunião Conjunta com membros da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), CT-Rural e CT-AS, no dia 29/10/2020, para discussão sobre as contribuições e inserção de temas de águas subterrâneas no contexto da Política de Mananciais. Na oportunidade, o Sr. Didier Gastmans fez uma apresentação sobre Recarga de Aquíferos e Proteção de Mananciais e foram discutidas e definidas as linhas gerais para uma atuação conjunta, como a identificação de áreas de recarga das porções mais "rasas" para subsidiar a definição de áreas mais críticas, realização de reuniões periódicas, apresentação sobre conservação do solo na proteção dos mananciais e necessidade de ampliar a divulgação e disseminação dos conhecimentos e elaboração de materiais; **e)** Reuniões da Fase 3 do Planejamento Estratégico, as quais são realizadas quinzenalmente e contam com a participação de um membro da coordenação de cada CT; **f)** Reunião da CT-PL, em 12/11/2020, em que foi aprovado o Relatório de Situação das Bacias PCJ e também deliberações, como o PAPI 2020-2023 (Plano de Ação e Programa de Investimentos para gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ), PAP 2021-2025 (Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ), e POA (Plano de Execução Orçamentária Anual das bacias PCJ – 2021). Foi destacado que houve redução na arrecadação devido à Pandemia de Covid-19, desta forma, com relação às atividades da CT-AS, está previsto um valor de R$ 1 milhão para os anos de 2022 e 2023 (totalizando R$ 2 milhões), provenientes da cobrança estadual, para a implantação da rede de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas. Com relação à cobrança federal, estão previstos R$ 318.627,56 para o ano de 2022, no Programa Gestão de recursos hídricos subterrâneos, referentes à ação de estudos hidrogeológicos para definição de áreas de restrição e controle. Finalizando os informes gerais, foi comunicado que no dia 02/12/2020 seria realizado o Webinário da CT-PB "Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035: conhecer para implementar"; e que neste ano o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) seria realizado por videoconferência, devido à Pandemia de Covid-19, entre os dias 1º e 03 de dezembro de 2020. **5. Apresentação da proposta de "Construção da Política de Outorgas e Licenças":** Na sequência, a Sra. Sibele Ezaki convidou a Sra. Cecília de Barros Aranha e o Sr. Denis da Silva, coordenadora e coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL), respectivamente, para a apresentação da proposta de Construção da Política de Outorgas e Licenças para as Bacias PCJ. O Sr. Denis começou explicando o processo de elaboração da política, que surgiu inicialmente como um programa de incentivo à regularização de captações de água no meio rural, tendo em vista a demanda dos produtores rurais na instalação de hidrômetros. Neste momento, percebeu-se a falta de uma política de outorgas e licenças para avaliar e direcionar tais propostas. A partir daí foi redigida a primeira minuta da política para tais programas, mas, posteriormente, entendeu-se que esta proposta estava muito restrita ao meio rural, havendo necessidade de ser mais abrangente. Desta forma, foi elaborada uma nova minuta de política, mais ampla e completa, com a participação dos três segmentos de usuários (saneamento, rural e indústria). O Sr. Denis informou que uma reunião inicial com as CTs Saneamento (CT-SA), Rural e Indústria já foi realizada, sendo que nestas reuniões foram indicados membros para participar ativamente da elaboração da proposta. A Sra. Cecília apresentou os objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos já discutidos e que deverão ser considerados na política. A mesma informou que foi elaborado um questionário, a ser respondido pelas CTs envolvidas, com a proposição dos elementos que devem estar explícitos na proposta, sendo que a CT-Saneamento já respondeu o referido questionário. A Sra. Sibele agradeceu as apresentações e informou que considera pertinente iniciar a contribuição da CT-AS pontuando os problemas que já vem sendo discutidos nesta Câmara, como o resultado do estudo do plano de monitoramento elaborado pela Profill que identificou uma superexploração de águas subterrâneas ao longo do eixo da Rodovia Anhanguera, em municípios como Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia e Santa Bárbara D'Oeste. A Sra. Sibele reforçou que um diagnóstico mais detalhado pode trazer mais instrumentos para os órgãos gestores na questão da outorga, sendo imprescindível, neste caso, o monitoramento das águas subterrâneas. Desta forma, entende-se que o monitoramento quali-quantitativo possa ser uma diretriz da política. A coordenadora da CT-AS elogiou o programa que a CT-OL está sugerindo, de capacitação, orientação e divulgação para

os usuários, pois é fundamental que os mesmos compreendam a necessidade de se fazer de forma regular, pois a informação é a base de tudo. Reforçou que dentro do processo de outorga tem toda a questão operacional, capacitação de pessoal, recursos materiais, treinamento, banco de dados e sistema de informação, que devem também estar contemplados nas diretrizes. Na sequência foi aberto um espaço para sugestões e discussões sobre o assunto. A Sra. Thalita Benetello, membro da CT-AS e CT-SA, enfatizou que alguns pontos mencionados pela Sra. Sibele também já foram discutidos na CT-SA, como o fortalecimento do banco de dados e o programa de monitoramento, resultando na segurança hídrica e permitindo um melhor entendimento sobre os usos prioritários e insignificantes dentro da Bacia, de modo a verificar se o que é contemplado hoje na legislação é adequado à nossa realidade. A Dra. Alexandra Martins parabenizou a equipe da CT-OL pela iniciativa e informou que há bastante tempo o GAEMA vem discutindo com CETESB, DAEE e toda a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente esta questão da integração entre os instrumentos. Reforçou, também, que de fato há a necessidade de uma melhor definição dos usos prioritários e insignificantes nas Bacias PCJ, sendo que os Comitês têm papel fundamental neste assunto. Ressaltou a importância da fiscalização, destacando o possível apoio dos Municípios e empresas de saneamento, uma vez que a nova Portaria de fiscalização do DAEE prevê parcerias e convênios de cooperação; e destacou que os Comitês PCJ tem uma grande ferramenta que é o SIDECC-R, que permite a transmissão de dados hidrométricos de forma telemétrica. A Sra. Cecilia Aranha agradeceu todas as contribuições apresentadas pelos membros da CT-AS e informou que aguardaria novas contribuições enviadas por e-mail, e que as reuniões para discussão da política estão sendo feitas semanalmente, contando com a participação de 2 ou 3 membros de cada uma das CTs envolvidas, sendo que a próxima será realizada no dia 30/11/2020, às 9h. A ideia é consolidar um documento para ser apresentado na reunião ordinária da CT-OL que será realizada no dia 18 de dezembro. Após aprovação na CT-OL, o material segue para apresentação na CT-PL, cuja reunião está agendada para o início de março. A Sra. Cecilia convidou membros da CT-AS para participarem deste grupo de discussão. A Sra. Thalita Benetello informou que já está participando do grupo como membro da CT-SA, e que pode também representar a CT-AS. A coordenadora da CT-AS também demonstrou interesse na participação, mas, devido à incompatibilidade de datas, avisou de antemão que apenas poderá participar mais ativamente das reuniões a partir de janeiro de 2021. Por fim, informou que, caso alguém tenha disponibilidade e interesse, poderá informar posteriormente.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Sra. Sibele Ezaki agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Sibele Ezaki
Coordenadora da CT-AS

José Luiz Albuquerque Filho
Coordenador-adjunto da CT-AS

Julia Octaviano Noale
Secretária da CT-AS